

A obrigatoriedade da Filosofia como componente curricular na Educação Básica: elementos para um balanço das políticas, práticas e pesquisas para o Ensino de Filosofia nas últimas duas décadas

Eixo 03 - Guerras culturais e educação

Felipe Gonçalves Pinto
PPFEN-CEFET/RJ UnED Maria da Graça
felipe.pinto@cefet-rj.br

Resumo:

No ano de 2008, com base no Parecer CNE/CEB nº 38 de 2006, a Filosofia e a Sociologia foram instituídas como disciplinas obrigatórias nos currículos de ensino médio no país. Como se sabe, essa obrigatoriedade veio a ser descartada com a Medida Provisória 746 de 2016 e, em seguida, Lei 13.415 de 2017. Em 2023, após realizar consulta pública a respeito de alguns tópicos polêmicos do Novo Ensino Médio, o Governo Federal enviou ao Congresso Nacional o PL 5.230/2023 contendo a lista de componentes curriculares que devem compor cada grande área da formação geral básica. No momento presente tramita em caráter de urgência no Senado Federal. O relator do projeto no Congresso Nacional, Dep. Federal José Mendonça Filho, que ocupava o cargo de Ministro da Educação quando da promulgação da lei 13.415/17, recomenda em seu relatório a supressão da identificação de disciplinas obrigatórias (exceto Matemática, Língua Portuguesa e Língua Estrangeira), retomando, nos demais casos, a menção de obrigatoriedade apenas às grandes áreas. Esse cenário recente, de quase duas décadas, de idas e vindas da obrigatoriedade da Filosofia como componente curricular do ensino médio, não pode ser adequadamente analisado de forma dissociada das políticas de formação e contratação de professores, bem como de produção e distribuição de materiais didáticos, além dos efeitos que emergiram e atravessaram a produção acadêmica, as instituições e os grupos de pesquisa, particularmente na área de Filosofia, a partir da obrigatoriedade estabelecida no ano de 2008. É preciso considerar fatores como a presença da Filosofia em programas tais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID-CNPq), no Programa de Residência Pedagógica (CAPES), no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e no Programa de Mestrado Nacional para Professores da Educação Básica (ProEB-CAPES). Para um adequado dimensionamento do problema imposto pela retirada da obrigatoriedade nesse cenário complexo e delicado, tampouco devem ser desprezadas as mudanças quantitativas e qualitativas das pesquisas voltadas ao Ensino de Filosofia, cujos sinais podem ser lidos nas dissertações e teses defendidas, nas publicações, periódicos e dossiês especializados assim como das ações da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) e outras associações e sociedades nacionais, regionais e locais. O objetivo deste trabalho é esboçar uma compreensão articulada do cenário atual no que diz respeito à formação de professores e aos impactos da retirada da obrigatoriedade tanto no contexto da formação docente quanto nas escolas. Junto à retirada da Filosofia como componente curricular do ensino médio, consideraremos ainda a inclusão de novos componentes, como Projeto de Vida e outros, nos currículos de ensino médio das redes de ensino e no PNLD. A argumentação buscará identificar contradições e dissonâncias graves impostas pelas frentes contrárias à obrigatoriedade da Filosofia nos currículos de ensino médio e sustentar a necessidade do ensino de filosofia na forma de componente curricular lecionado por docentes com formação especializada na área, para uma sociedade que se afirma plural e democrática. Além dos documentos legais e institucionais, examinaremos

o campo do Ensino de Filosofia que vem ganhando contornos no âmbito da área de Filosofia em interlocução com as áreas de Educação e de Ensino.

Palavras-chaves: Ensino de Filosofia, Formação Docente, Novo Ensino Médio.

Referências Bibliográficas:

NASCIMENTO, C.L.L. A presença da Filosofia no Ensino Médio. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2023.

PINTO, F.G.; PEREIRA, T. S. Produtos educacionais de filosofia: a produção do mestrado profissional e seu contexto. O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, v.28, n.44, p.108-132, jan.-jun.2019.

RODRIGUES, A.; GELAMO, R. P. Ensino de filosofia: notas sobre o campo e sua constituição. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 813–853, 2021.

VELASCO, Patrícia Del Nero. O que pensamos nós, formadores/as de professores/as, sobre formação docente em filosofia? Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Número 34: nov. 2020 –abril 2021, p. 12-33.

VELASCO, Patrícia del Nero. *Filosofar e ensinar a filosofar*: registros do GT da ANPOF 2006- 2018. Rio de Janeiro: NEFI, 2020.